



Bruxas e plantas: alianças, rituais e rebelião biopolítica?

Witches and plants: alliances, rituals and biopolitical rebellion?

Flávia CHARÃO-MARQUES^{1*}, Alberto ARCE^{1,2}

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Wageningen University & Research (WUR), Wageningen, Gelderland, Holanda.

* E-mail de contato: flavia.marques@ufrgs.br

Artigo recebido em 19 de julho de 2021, versão final aceita em 11 de julho de 2022, publicado em 6 de outubro de 2023.

RESUMO: O artigo mostra como as interações entre pessoas e plantas são conexões importantes para entender as experiências sociomateriais contemporâneas. Experimentando com uma abordagem pós-cognitiva e orientada aos atores, reconhecemos processos de auto-organização e existências territoriais semiautônomas. O caso etnográfico estendido revela a aliança entre mulheres e plantas medicinais no Sul do Brasil. Processos de individualização, singularização e emaranhados de práticas sociomateriais nos permitem estudar as *Bruxinhas de Deus* e suas *farmacinhas caseiras*. O preparo, uso e distribuição de remédios reterritorializa os cuidados em saúde. Isto nos leva a sugerir que, em partes do Brasil rural, emergem espaços liminares de rebelião biopolítica, identificados por transgressões à privatização da vida. O colapso da separação entre as existências biológica, política e não-política na vida territorial; e as corporalizações disruptivas, finalmente, revelam novas configurações transindividuais para além da esfera familiar.

Palavras-chave: agência; saúde; neomaterialismo; territorialização; mulheres.

ABSTRACT: This article explores the significance of interactions between people and plants in understanding contemporary territorial socio-material experiences. By experimenting with a post-cognitive and actor-oriented approach, we acknowledge the processes of self-organization and semi-autonomous territorial existences. Through an extended ethnographic case study, we uncover the alliance between women and medicinal plants in South Brazil. The processes of individualization, singularization, and entanglement of socio-material practices enable the study of the Witches of God and their home apothecaries. The preparation, use, and distribution of remedies contribute to the reterritorialization of healthcare. Consequently, we suggest that certain rural areas in Brazil give rise to liminal spaces characterized by biopolitical rebellion, which challenge the privatization of life. The collapse of boundaries between biological, political, and non-political aspects in territorial life,

along with the resulting disruptive embodiments, reveal new transindividual configurations that extend beyond the confines of the family sphere.

Keywords: agency; health; neomaterialism; territorialisation; women.

1. Introdução

Se pudéssemos chamar ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Fora do mundo ocidental, a fome existe numa escala maior do que nunca; e os riscos biológicos sofridos pela espécie são talvez maiores e, em todo caso, mais graves do que antes do nascimento da microbiologia. Mas, o que se poderia chamar de ‘limiar de modernidade biológica’ de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (Foucault, 1999, [1976], p. 134).

Este trabalho aborda as orientações dos atores sociais em suas interações com a vitalidade do meio ambiente onde suas vidas se desenrolam, fazendo visíveis processos de territorialização e a emergên-

cia da “política da não política” (Turner, 1968). Tomando a biopolítica como uma janela conceitual se visualizam os elementos de controle sobre a vida, a natureza e o conhecimento hegemônico gerados pela indústria, pela ciência e pela tecnologia (Foucault, 2009/1977-78). Dando atenção ao que escapa dos cálculos e do controle, exploramos processos sociomateriais que interferem entre si, estes que tradicionalmente não são considerados como parte da política.

Entendemos que as interações no campo de força¹ dos processos biopolíticos são resultado dos movimentos da vida em campos de ação que, apesar das pressões bio-históricas, fazem surgir transformações que nos levam a explorar compostos sociomateriais singulares que compõem territórios de existência no Sul do Brasil. Assim, enfocamos rebeliões biopolíticas surgidas da ação e organização de mulheres rurais em aliança com as plantas medicinais².

As rebeliões com relação aos cuidados em saúde têm sua legitimação relacionada com a mobilização de materialidades associadas à satisfação de necessidades dos atores. A rebelião³, aqui, é entendida como um curso de ação e suas formas de ativismo

¹ Um campo é composto por atores diretamente envolvidos nos processos em estudo. Neste sentido, nossa inspiração deriva de Swartz (1968) e Moore (1973), embora reconheçamos que existam outros entendimentos da noção de campo. Para Swartz o campo é, ao mesmo tempo, social e territorial, permitindo identificar mudanças que ocorrem quando os atores entram ou se retiram de certos processos. Estes processos se desdobram no tempo, com ou sem expansão e contração, e não se pode assumir que um estado particular de dado campo é mais estável ou normal que outro. Moore sugere que campos sociais são semiautônomos, e não correspondem a uma representação corporativa, ao contrário, são processuais e capazes de internamente gerar ‘regras’ que podem estar ou não em conformidade com normas estabelecidas (institucionais).

² Neste sentido, se entende que “não há indivíduo fora de seu próprio devir transindividual” (Massumi, 2015, p. 215), assim, o território se faz constantemente como algo que emerge deste processo, que poderia também chamar-se de “individação coletiva” (Simondon, 2020). Esta posição contribui para mover o debate ator-estrutura, dentro do qual Giddens (1984) ressituiu a estrutura como algo flexível que interage com a agência; e Beck, desde os anos 1980, agregou a importância da individualização reflexiva nos processos de mudança social contemporâneos (ver, Beck & Beck-Gernsheim, 2002)

³ Para explorar a noção de rebelião, ver Worsley (1961), Gluckman (1963) e Thomassen (2012).

político situado e ‘desobediente’, um processo para além do disciplinar, no qual um grupo de pessoas atua contra a autoridade das regras e normas e do que se considera como governo estabelecido, com suas políticas de governamentalidade⁴.

São os debates sobre as novas materialidades (Bennett, 2010; Coole & Frost, 2010) que propiciam a exploração das capacidades de agenciamentos sociomateriais e suas interações na geração de espaços territoriais importantes para abordar questões relacionadas às existências contemporâneas. Isto desafia o entendimento da ‘agência’ e do ‘cognitivo’ que, como propriedades humanas importantes, necessitam ser vistas em sua interação ‘íntima’ com os materiais e as materialidades que compõem um território.

Deleuze & Guattari (1992) propõem que um território é como uma força gravitacional em meio ao caos, um conjunto de forças que geram uma dinâmica de ordenamento. O território, então, como essa heterogênesse (Guattari, 2011), inclui atores sociais, mas também materialismos, forças, distâncias, múltiplas corporalidades e agenciamentos⁵.

No caso que apresentamos neste artigo, os componentes sociomateriais fazem parte de uma força gravitacional surgida da interação das mulheres com suas plantas medicinais, atraindo certos

componentes para gerar relações observáveis na produção e distribuição de remédios⁶ com base em princípios ativos vegetais. Este processo cria território e torna visível a biopolítica territorial, cujas expressões da sociomaterialidade envolvem conhecimentos, alianças políticas, rituais e diferentes formas de autoridade.

Para explorar esta relacionalidade sociomaterial entre política, mulheres, plantas medicinais e território, nosso ponto de entrada são processos de individualização reflexiva (Beck & Beck-Gernsheim, 2002) e de singularização (Guattari, 2011).

Beck & Beck-Gernsheim (2002) sustentam que a individualização é um processo contemporâneo de formação social que, embora seja gerador de ambivalências, significa que as biografias se tornam autorreflexivas. Uma primeira consequência disto é mostrar que a família e a classe não são as únicas unidades que organizam a sociedade; a segunda é que os indivíduos se libertam de laços e identidades – tradição –, o que pode conduzir a novas coletividades, baseadas em realidades territoriais singulares com consequências sociopolíticas globais. A individualização também possibilita a visibilização de criatividades que geram espaços para a renovação da sociedade – a mutualidade humana e a comunidade passam a apoiar-se na paradoxal coletividade da

⁴ A noção de governamentalidade relaciona a racionalização e os dispositivos de controle aplicados a fenômenos populacionais, como a saúde, a higiene, as taxas de natalidade, a longevidade, o sexo, a raça, dentre outros (Foucault, 2009/1977-78).

⁵ Essa visão tem precedentes no pragmatismo de William James (1907; 1922) e sua contribuição para as (inter)subjetividades políticas da diferença.

⁶ Remédio – do latim *remediū* – tem o sentido de tudo o que pode ser usado para atenuar um mal. Os remédios podem ser variados recursos terapêuticos utilizados para curar enfermidades (doenças) e outras afecções dos ‘males’ (e.g., plantas, massagens, rezas, antibióticos, quimioterapias, dentre muitos outros). Aqui, assumimos que ‘remédio’ não deve ser um conceito essencializador, mas descritivo a partir das situações que observamos ao nos aproximarmos das práticas nas quais as mulheres respondem à expectativa das pessoas que buscam a cura ou o alívio para algo entendido como problemático (Parkin, 1995). Nossas observações se concentram na diferença de como remédios e medicamentos (fármacos) estão organizados, nesse sentido nos aproximamos do que Stengers (2011) designa como *pharmakon*, qualquer droga cujo efeito pode mutar ao seu oposto – de veneno a remédio –, isto implica em considerar que qualquer remédio pode ser instável, seja produzido em casa ou vendido pela indústria farmacêutica.

individualização recíproca, e não mais em tradições solidamente estabelecidas (ibidem, p. XXI)⁷.

O processo de singularização tem relação com o modo como as pessoas vivem as subjetividades, sendo que esta experiência pode oscilar de uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual há uma reapropriação de alguns componentes que acabam por singularizar (autodelimitar) diferentes formas de estar no mundo (Guattari & Rolnik, 1996; Guattari, 2011)⁸. Dar atenção à singularização, em nosso caso, permite evidenciar recombinações e construções de referenciais próprios e semiautônomos surgidos das práticas e técnicas mobilizadas pelas mulheres na elaboração de preparados a base de plantas, em espaços específicos que foram denominados de *farmacinhas caseiras*.

Contudo, não perdemos de vista que a bioquímica moderna e a circulação de produtos da indústria farmacêutica ocorrem entre múltiplas existências biopolíticas, para as quais contribuem movimentos da vida, ou o que Foucault (1999) nos apresenta como “limiar de modernidade biológica”. Uma cacofonia de vozes na sociedade contemporânea reivindica responsabilidade individual pela saúde

e a autorregulação corporal (Rose, 2001; Braun, 2007), não raro, em associação a expectativas de restaurar as propriedades do corpo pelo uso de práticas complementares diversas (Katz, 2019; Puma, 2019). A estas, também, se sobrepõem as vozes daqueles que são críticos à indústria farmacêutica e ao papel que desempenham na comoditização de tratamentos de doenças (Lewis *et al.*, 2001; Moynihan *et al.*, 2002).

O fato é que a experimentação e o estudo de processos bioquímicos deixaram de explicar enfermidades, outras afecções e males de acordo com as conexões entre ambientes locais e práticas situadas. Por outro lado, estes processos, que são cognitivamente ordenados pelas instituições existentes e seus especialistas, coincidem apenas parcialmente com as forças vitais de territorialização. As interações e as realidades das práticas em saúde são múltiplas e nos oportunizam estudar como elas escapam das técnicas que administram a vida – a biopolítica hegemônica (Foucault, 1999), e como contribuem para expressões territoriais nas quais são importantes os agenciamentos (sociomateriais) emergentes de questões ambientais, de saúde, de gênero e de auto-organização das mulheres⁹.

⁷ Há muitos mal-entendidos sobre o conceito de individualização; ele não significa individualismo; ele não significa individuação – um termo usado pela “psicologia profunda para descrever o processo de tornar-se um indivíduo autônomo” (Beck & Beck-Gernsheim, 2002, p. 203). No entanto, individualização e individuação se referem a dois campos de experiências – sociológica e psicológica – as quais não geram apenas diversidade, mas sobreposições ou campos de experiências co-emergentes, que são ativados em um limiar orgânico-inorgânico para gerar novas formas de colaboração (ver Massumi, 2015). Inspirado em Deleuze, Orlandi (2015, p. 80-81) enfatiza que a individuação é um campo intensivo de imanência, cujas “transpassagens” conectam os humanos a uma “ímplica pré-individualidade”, gerando processos nos quais não paramos de nos individuar. Esta posição reforça a noção de que não há bordas bem delimitadas entre os dois processos, o que nos leva a entender que individuação e individualização envolvem uma espécie “duplo devir”, onde o campo afeta o indivíduo, e o indivíduo afeta o campo.

⁸ Processos de singularização também aparecem relacionados à compreensão das novas estratégias de manifestação política de coletivos autônomos, os quais questionam o isolamento atomizado do indivíduo contemporâneo e as velhas formas hegemônicas do viver em comum, baseadas em comportamentos violentos, excludentes ou de inclusão domesticadora da diferença (ver Duarte, 2012).

⁹ Desde a Perspectiva Orientada ao Ator, Arce e Long (2007) apontam que a governamentalidade se opõe à capacidade dos atores em se (auto) governar – governabilidade (*governability*). Neste sentido, a governabilidade não deve ser entendida somente como padrões que emergem das

Considerando que as plantas e seus princípios ativos sempre conviveram com a humanidade, e que elas cumprem papel relevante na territorialização de diferentes visões de saúde, em seguida, trataremos de problematizar brevemente o componente social que surge desta convivência.

2. A vida social das plantas medicinais

A vida social das plantas medicinais nos permite adentrar na biopolítica territorial, e como esta estabelece um campo de ação que se contrapõe ao campo de força da governamentalidade da biopolítica foucaultiana. Aqui, plantas com seus princípios ativos conectam mulheres em seu território e os diversos especialistas em saúde. Neste sentido, tanto as mulheres como os especialistas, em suas práticas, estão constantemente fazendo emergir continuidades e descontinuidades, contudo, ambos estão conexos pela vitalidade das plantas. O desafio está em entender a persistência e a mudança que recompõe, ao longo do tempo, esse campo de ação de materialidades orgânicas e sociais.

O avanço do conhecimento sobre a bioquímica das plantas sustenta o que se poderia chamar de uma comunidade epistêmica (Knorr-Cetina, 2001), cujo propósito é a identificação, isolamento e uso fisiológico de princípios ativos vegetais. Desde o século XIX, experimentos se voltaram à sintetização industrial das moléculas biologicamente ativas. Com isto, a ciência por trás da síntese química foi reconhecida e elogiada por sua objetividade e precisão.

As condições controladas de uma bioquímica hegemônica e hierárquica, somadas a um pensamento médico engajado em alcançar o bem-estar (principalmente nas sociedades ocidentais) ofereceram um meio de reivindicar o controle das incertezas da saúde – o mal –, relacionando propriedades bioquímicas com as políticas dos especialistas, produzindo os alicerces de uma indústria farmacêutica forte, às vezes coercitiva, que se coloca acima do conhecimento dos indivíduos, favorecendo, por exemplo, o surgimento de cadeias produtivas de fármacos. Por outro lado, o conhecimento local foi deslocado de suas práticas situadas pela ação profissional dos especialistas. Isto termina por deslegitimar o uso que as pessoas faziam das plantas medicinais, as práticas terapêuticas locais passam a ser vistas como potencialmente perigosas e/ou enganosas.

Estes processos estabeleceram formas institucionais e marcos legais, que facilitaram a gestão das políticas públicas ao nível das populações, colocando em prática políticas de saúde como objeto de governamentalidade (Foucault, 2007). No entanto, não desaparecem os tratamentos baseados em plantas, dietas regionais ou práticas terapêuticas locais, de modo que os meios de subsistência utilizados pelas pessoas em seus cotidianos passam a conviver com os medicamentos que incorporam protocolos e linguagens específicas que os laboratórios científicos codificam de modo a controlá-los (ver Adams, 2002; Dutra *et al.*, 2016; Hasenclever *et al.*, 2017; Ozturk & Hakeem, 2019).

As múltiplas existências biopolíticas são competitivas entre si e, às vezes, aspirações idiossincráticas.

atividades político-administrativas dos governos, considerando ações estatais e não estatais. Em termos mais gerais, significa dar atenção às relações de poder e de autoridade, porém, sem negligenciar os casos em que existem sobreposições, conflitos e ambiguidades –, ou o que se poderia denominar arenas de governança, onde há competição entre diferentes atores e centros de autoridade e controle. Neste sentido, sugerimos que os estudos de governança levem em consideração ambos os conceitos, de governamentalidade e de governabilidade.

ticas à vida se colocam em oposição ao discurso da ciência biomédica hegemônica e às representações da indústria farmacêutica, que oferecem terapias e tratamentos modernos para o corpo contemporâneo. De certa forma, na sociedade contemporânea é aceitável, e até desejável, usar medicamentos à base de plantas juntamente com prescrições convencionais.

Desde os anos 1970, o reconhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) às plantas medicinais e às diferentes tradições nos cuidados em saúde contribuiu para melhorar o entendimento científico das plantas (WHO, 2013). Este gera duas diretrizes interligadas. Por um lado, incentiva os Estados nacionais a investir em políticas públicas que incluam as plantas e os medicamentos fitoterápicos. No Brasil, são vários os acontecimentos que levam à oficialização de uma Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que não só reconhece como relevante o uso popular da flora medicinal, como estabelece bases para a inclusão dos medicamentos fitoterápicos no Serviço Único de Saúde, o SUS (Brasil, 2006)¹⁰.

A segunda diretriz é que na medida em que a OMS e a ciência chancelam o uso das plantas e terapias ‘alternativas’, também aumentam o seu valor global¹¹. Emerge uma nova e lucrativa orientação comercial para plantas medicinais e outros produtos naturais¹², em um setor de assistência médica já extremamente *comoditizado*.

Estas ações são acentuadas por um processo global e generalizado de individualização da saúde, marcado por novas alianças biopolíticas nos territórios. Esses relacionamentos constituem diferentes cursos de ação: em alguns casos, tendem à privatização da saúde; e, em outros, a um enfrentamento cidadão das incapacidades dos serviços estatais de assistência médica e de distribuição de medicamentos, fazendo emergir coletivos territoriais orientados por práticas locais de cuidados em saúde (Amorozo, 2004; Baldauf *et al.*, 2009; Bolson *et al.*, 2015; Silva *et al.*, 2015).

Estas práticas territoriais residem, parcialmente, fora das esferas de controle de especialistas e gestores, uma vez que geram processos auto-organizados e relativamente autônomos com relação ao mercado de privatização da saúde. Isto faz surgir campos de ação, onde as práticas de recomposição de cuidados em saúde reterritorializam informações produzidas pelos especialistas na cotidianidade das existências biológicas situadas (apropriação). Enfatizamos que as práticas não são ações que reproduzem o habitual. Em nosso caso, são manifestações criativas emergentes (Joas, 1996) da relação íntima entre as pessoas e as plantas (Marder, 2013).

Para a pesquisa que dá origem a este artigo, a informação etnográfica nos leva à identificação de coletivos territoriais orientados por práticas locais de cuidados em saúde. As conversas, observações

¹⁰ A inclusão das plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no SUS é reivindicação que aparece, desde a década de 1980, nas Conferências Nacionais de Saúde, tendo reflexos em programas que buscaram produzir medicamentos em laboratórios estatais, até outros que apostaram em Arranjos Produtivos Locais (APLs) para incentivar cadeias produtivas de fitoterápicos em diferentes regiões do país (ver, Udry, 2001; Czeremainski, 2009; Torres, 2013; Filocreão *et al.*, 2017).

¹¹ O mercado global anual das terapias alternativas, já em 2012, era estimado em US\$83 bilhões. Neste, as plantas e medicamentos fitoterápicos atingiram US\$60 bilhões (Willis, 2017).

¹² No Brasil, o mercado de medicamentos fitoterápicos industrializados é de US\$400 milhões, crescendo 12% ao ano. É considerado pequeno diante do potencial de crescimento (Carvalho *et al.*, 2018).

e interações com as mulheres e as plantas nos permitem descrever sensivelmente o que é o mais importante para os atores em seu dia a dia, sejam práticas, categorias, imagens e ideias, por meio das quais dão sentido às suas existências sociomateriais e políticas. Com isto, buscamos retratar, da forma mais autêntica possível, como processos de individualização, singularização e emaranhados de diferentes práticas sociomateriais fazem surgir o campo de ação da biopolítica territorial.

3. Metodologia

A elaboração deste trabalho se baseia em diferentes, mas não isoladas, sequências de experiências e eventos (Swartz, 1968; Turner & Bruner, 1986; Reed, 1996) que envolvem mulheres em seu relacionamento com plantas (Howard, 2003). Isto exigiu que a pesquisa etnográfica demonstrasse eventos e entrelaçamentos situacionais de relações sociomateriais em evolução, fontes de conhecimento, reivindicações sociopolíticas das protagonistas envolvidas, além de problemas institucionais e de situações ambientais específicas.

É através da investigação das relações entre diversas corporalidades territoriais que a metodologia indaga o estudo da vitalidade dos materiais, considerando interfaces (Arce, 1993) e emaranhados de natureza, sociedade, cultura e política. Exploramos o afeto do material sobre as propriedades cognitivas das mulheres no seu território, por meio do estudo do surgimento das chamadas *farmacinhas caseiras*.

Nossa preocupação foi como envolver-nos com eventos e experiências do que apresentamos como um caso estendido (Van Velsen, 1967). Assim, reencontros dos autores com algumas das protagonistas foram realizados em 2018 e 2019 em localidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, atualizando e repensando informações que provêm de pesquisa etnográfica realizada entre 2013 e 2015¹³.

No Rio Grande do Sul, à semelhança de outros lugares no país, desde a década de 1990, foram várias as mobilizações em favor das plantas medicinais. Entre 1998 e 2006, o chamado Fórum pela Vida mobilizava milhares de pessoas em defesa do uso das plantas. Sob a coordenação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, reuniam-se pessoas ligadas a movimentos pró-saúde pública, organizações religiosas, sindicatos urbanos e rurais, partidos políticos, movimentos sociais e ambientalistas, instituições de ensino e pesquisa, agentes do Estado (muitos da Extensão Rural), entidades de classe (especialmente da área da saúde), representações de grupos indígenas, dentre outros (Charão-Marques & Bubanz-Silva, 2019).

Estes processos políticos contaram com ativa presença dos principais movimentos do campo, movimento sindical representado pelas duas Federações, a dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e a dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FE-TRAF), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Os desdobramentos desta época de efer-

¹³ Parte dos dados empíricos provém de pesquisa etnográfica realizada, entre 2013 e 2015, dentro das atividades do projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil”, realizado com apoio da Chamada 32/2012, MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA. É necessário mencionar que o trabalho também se beneficia da experiência da primeira autora, que vem acompanhando, há mais de 20 anos, grupos que trabalham com plantas medicinais no Sul do Brasil.

vescência foram muitos¹⁴, multiplicando-se grupos de diferentes configurações que se organizaram em torno do trabalho com as plantas medicinais e a ‘fitoterapia’.

Nossa pesquisa, entre 2013 e 2015, fez um levantamento de mais de duas centenas de núcleos ativos ligados aos movimentos, e atuantes no Rio Grande do Sul, chamando atenção a maciça presença de mulheres em todos eles. Dos diálogos com o Coletivo de Mulheres do MPA e com a Coordenação Regional Litoral Norte do MMC se intensifica nossa aproximação com as mulheres protagonistas dos grupos que se identificam como *Bruxinhas de Deus*. Para a elaboração deste trabalho, evidenciamos aspectos que se desprendem da ação cotidiana de três diferentes grupos, que estão localizados na Linha Solidão em Maquiné, na localidade de Morro Azul em Três Cachoeiras e no município de Cristal do Sul.

Dois aspectos foram relevantes para organizar o presente artigo. O primeiro se trata da evidência de que várias espécies de plantas e outras substâncias são combinadas pela ação e conhecimento das mulheres, desencadeando distintos usos de remédios. O segundo aspecto é relevante como evento de transformação territorial, se trata da criação do primeiro grupo de ‘bruxinhas’. Este está intimamente relacionado a uma mulher, conhecida por Rafinha, que acaba por assumir um papel fundamental na criação do que, hoje em dia, se conhece como as ‘farmacinhas’.

Este evento precipita o surgimento de entidades e atores territoriais coletivos que queremos destacar para entender como esses grupos se estabelecem e desenvolvem suas práticas, começamos

por explorar alguns aspectos biográficos da Rafinha; para, a partir deles, mostrar como se expandem estes grupos de mulheres e como elas, por meio de variadas práticas, singularizam a produção dos remédios. Finalmente, destacamos como as plantas, os remédios e a ação política das mulheres acabam por produzir compostos sociomateriais que contribuem para territorialização de suas existências e reivindicações.

4. Mulheres, plantas e saúde

Começaremos a elucidar o surgimento de composições sociomateriais das experiências territoriais dos atores por meio dos dilemas de Rafinha, que geram áreas de ambiguidade, mas, também, produzem conhecimento reflexivo e uma multiplicidade de práticas.

4.1. O (re)encontro

Em uma tarde de sol, na primavera de 2018, fomos conversar com Rafinha, um reencontro. Em frente à casa, na localidade de Morungava (Região Metropolitana de Porto Alegre), sobre a porta se lê: Grupo CUIDI (Cuidado Divino). As cores são alegres, entrando, há uma sala circular, onde se vê várias portas ao redor e um espaço anexo que parece uma cozinha. Sobre uma mesa estão pães e bolos que as pessoas podem comer enquanto conversam e tomam um chá ou um café. Ao centro, uma imagem que lembra uma divindade oriental e algumas flores. Nas paredes, quadros com símbolos que se pode associar à fé cristã e outros com mensagens

¹⁴ Em 2001, é lançada a Política Estadual de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, antecedendo a nacional, que só seria lançada em 2006.

de otimismo ou recomendações sobre melhor alimentação e prevenção de doenças.

Há muita gente (eram cerca de 40 em um dado momento), de quando em quando, uma ou outra porta se abre, sai um ‘paciente’ e outro entra. Algumas pessoas, antes de sair, param em frente a uma das portas, na qual há um pequeno balcão de atendimento. Ali, recebem os ‘elixires’ que deverão usar.

Chega nossa vez de conversar com Rafinha. Depois de compartilharmos algumas impressões sobre a eleição presidencial que se avizinhava, ela nos conta como funciona o trabalho do CUIDI, considerado um centro comunitário de assistência social, funciona com a colaboração de voluntários, fazendo atendimentos e capacitações de pessoas com uso do Reiki¹⁵ e da fitoterapia, além de servir de espaço para encontros, cursos e celebrações. O terreno foi doado por amigos anos atrás, quando saiu de Maquiné (Litoral Norte do Rio Grande do Sul - RS), e veio morar ali.

4.2. Processo de individualização: Rafinha

Mencionamos que conhecíamos vários aspectos da trajetória que lhe havia levado até a criação do Centro, todavia, estávamos curiosos por esclarecer alguns pontos sobre a criação do que viria a ser a primeira farmacinha. Com a provocação, ela conta que, depois tentar parar com o trabalho comunitário que vinha fazendo por vários anos, ela foi viver em Maquiné.

Então, teve um dia que eu estava sentada na beira do rio e uma mulher idosa passou por mim. Perguntei aonde ela estava indo, me respondeu que ia ao posto de saúde para medir a pressão, porque era hipertensa. Eu disse, mas é muito longe para ir caminhando. Só que ela não tinha opção. E eu tinha um aparelho de medir pressão. Pensei.... Eu disse que não queria mais isso. Mas, me ofereci para medir a pressão. Logo, se espalhou a notícia, e eu comecei tudo de novo (Rafinha, 18/10/2018).

Para entender por que ela menciona que iria começar tudo de novo, recuperamos alguns fragmentos de sua biografia. Rafinha saiu da casa dos pais, em Uruguaiana, aos 13 anos de idade para estudar, estava decidida a ser uma religiosa. Depois de ordenada freira, passou alguns anos trabalhando como auxiliar de enfermagem em um hospital, vindo a se aproximar, no final de década de 1970, de grupos católicos ligados à Teologia da Libertação.

Com essa aproximação, ela conhece o padre Francisco e é incorporada ao trabalho pastoral comunitário. Com esses grupos de leigos e religiosos, trabalhou por mais de 20 anos na *assistência aos pobres*, mesmo depois de ter deixado de ser freira no início dos anos 1980. Ela conta que ganhou muita experiência viajando pelo Brasil, especialmente no trabalho com mulheres; e que também aprendeu muito sobre as plantas e o preparo de remédios com Frei Homero¹⁶, que se tornou um amigo.

Mobilizando suas experiências anteriores e a partir da observação de que as mulheres estavam *muito sozinhas*, ela organiza a primeira de muitas

¹⁵ Reiki é uma terapia do campo da bioenergética, que usa a imposição de mãos para transferir energia. Para muitos, é uma terapia holística. Normativamente, é considerada uma terapia complementar (Olson & Hanson, 1997; Miles & True, 2003).

¹⁶ Faustino Bordignon ficou conhecido como Frei Homero, mesmo tendo deixado a vida religiosa para dedicar-se ao desenvolvimento da fitoterapia. Em 1970, funda a Cibecol Industrial Farmacêutica, que encerra atividades em 2000, devido a dificuldades com mudanças na legislação (ver Belato, 2016).

reuniões: *foi embaixo de uma árvore, ali iniciamos o grupo*. Com isto, a primeira *Farmacinha Caseira Comunitária* inicia seu funcionamento em 1991 e segue em atividade até os dias de hoje. A farmacinha é, em parte, o resultado do processo de individualização da Rafinha, que acaba por levá-la a iniciar essa experiência coletiva. O processo de individualização se apresenta, então, como um complemento do coletivo.

4.3. Identificação: das farmacinhas às Bruxinhas de Deus

Pouco tempo depois de começar a organizar o grupo de mulheres, Rafinha foi morar na Linha Solidão (interior do município). Com ajuda e doações de amigos, ela cria a Fraternidade Semente da Esperança, com o objetivo de oferecer aconselhamento espiritual e atendimento aos problemas de saúde. No terreno onde funcionava a fraternidade, também se instala a sede da primeira farmacinha.

A localidade está em uma região de Mata Atlântica, onde normas ambientais proibiram a agricultura e impuseram controle sobre atividades extrativistas. Na década de 1990, as dificuldades eram muitas, entre as quais, prisões por descumprimento das normas. Muitas mulheres viviam do extrativismo de samambaia preta (*Rumohra adiantiformis*), que fora proibido, causando muita apreensão entre elas. Com isto, a fraternidade tornou-se um espaço

importante, onde passam a acontecer reuniões e festividades, angariando prestígio local e em comunidades vizinhas (Kubo, 2005)¹⁷.

De certa forma, esse reconhecimento leva à aproximação de Rafinha com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)¹⁸ em 1994, três anos após a primeira farmacinha. Isto viria a ser relevante para a multiplicação de novos grupos organizados de mulheres.

O Movimento, na época, já desenvolvia trabalhos comunitários em conjunto com a Pastoral da Saúde¹⁹, o que facilitava a mobilização de mulheres em muitas localidades. No entanto, com a colaboração de Rafinha, se inicia uma nucleação capilarizada de grupos, tendo o foco nas plantas medicinais. Ela conta: “*foram anos de muito movimento, só em 1997 iniciamos 42 grupos. O movimento se enriqueceu com isso, e nós também, com a presença do movimento em nossas vidas*”.

Essa aproximação também acaba por consolidar a identificação dos grupos das farmacinhas como Bruxinhas de Deus em 1995. Rafinha descreve:

passei um mês e meio formando o grupo, trabalho na paróquia [de Barcelos, Amazonas] com a Pastoral da Saúde, mas no dia em que fomos à igreja, o padre não nos apresentou como Pastoral da Saúde, mas como Bruxas de Deus. Eu senti uma alegria. Achei muito bonito, porque pensei que poderíamos resgatar um pouco da história das bruxas, toda a tortura, tudo o que aconteceu com as mulheres desde a Idade Média. Então, enviei uma mensagem para a coordenação do

¹⁷ Pessoas “de fora” se aproximaram da Fraternidade (ambientalistas, pesquisadores, agentes do Estado), gerando tensões e desconfianças. Isto causou a saída da Rafinha da localidade (ver Kubo, 2005). Apesar disto, ela mantém laços com a comunidade até hoje.

¹⁸ O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) existiu até 2004, quando se transforma no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se autodefine como um movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe na perspectiva socialista (Salvaro *et al.*, 2013; Herrera-Ortuño *et al.*, 2017).

¹⁹ Organizações da Igreja Católica que realizam trabalhos comunitários. A ação destes grupos tem grande presença de mulheres e tem relação com alas católicas progressistas, tendo ampliado a atuação com a redemocratização brasileira (Anjos, 2008).

MMTR, dizendo: Companheiras, temos um nome! Bruxas de Deus a serviço da vida. O que vocês acham? E elas adoraram a ideia (Rafinha, 13/01/2015, Samper-Erice, 2015, p. 113).

4.4. *Plantando saúde, territorializando um projeto público*

Bem cedo, na manhã do dia 8 de março de 2000 – Dia Internacional da Mulher –, mulheres começam a se reunir no parque que cerca a Secretaria de Agricultura do RS, em Porto Alegre. Com o pátio já cheio, elas fecham os portões, ninguém entra ou sai. De dentro do prédio, se escutam canções e palavras de ordem²⁰. De repente, também os amplos corredores vão sendo tomados pela multidão de mulheres, que chegam ao gabinete do Secretário²¹, onde se sentam ao chão, enquanto lideranças pedem uma reunião imediata. Irredutíveis, esperam até serem recebidas. O ponto central da mobilização é a igualdade de gênero. Reivindicam o direito de serem reconhecidas institucionalmente como mulheres agricultoras, elegíveis para recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; melhor acesso aos serviços de saúde e a garantia de participação em instâncias de decisão, com garantia de representação em conselhos ou outros órgãos democráticos.

Dezoito anos depois, viajamos até Morro Azul, pequena localidade no município de Três Cachoeiras, para nos encontramos com um dos grupos de *Bruxinhas de Deus*. Em meio à conversa, as cinco mulheres que nos recebem começam a recordar a ocupação da Secretaria de Agricultura.

Encenam com alegria e empolgação, dizendo que foi *memorável*. Contam que o MMTR (hoje, MMC) mobilizou grupos de mulheres para *comemorar* o Dia Internacional da Mulher. Mulheres de diferentes partes do estado viajaram para a capital, decididas a tornar visíveis suas pautas políticas, lançando mão de ocupações simultâneas em vários órgãos de governo. Animadas, nos apontam para a sala ao lado: “*olha, ali, esses móveis, fogão, geladeira, ainda estão aí, tudo resultado daquele dia*”.

A ocupação gerou a oportunidade de apresentação de um projeto específico, que foi enquadrado no Programa de Apoio a Novos Produtos Agrícolas, componente de um programa amplo denominado RS-Rural, financiado pelo Banco Mundial e pelo Estado do RS. Foi a forma encontrada para fazer chegar recursos como doação ao Movimento, sob a justificativa de que o projeto possibilitaria o processamento de produtos naturais à base de plantas com finalidade de gerar renda para as mulheres rurais de 40 municípios. Vencidos muitos obstáculos burocráticos, um ano depois, em 2001, o projeto *Plantando Saúde* começa a ser executado.

Os recursos foram investidos para melhorar a infraestrutura de farmacinhas preexistentes e para criar novas. Compraram móveis, geladeiras, fogões e pequenos itens de consumo regular, úteis para preparar, armazenar e distribuir o que elas chamaram de *remédios caseiros*. Também, cobriram custos de viagem e subsistência para permitir as atividades de formação, que consistiam em encontros e cursos orientados a *promover a saúde e provocar reflexões sobre os significados de ser mulher e sobre a opres-*

²⁰ A primeira autora vivenciou os acontecimentos, e viria a participar da elaboração do projeto Plantando Saúde.

²¹ O Secretário, à época, fazia parte da equipe executiva do governo do RS, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

são vivida pelas mulheres nas famílias. Rafinha foi central nesse processo; ela foi inscrita no projeto como consultora, responsável pelas capacitações das mulheres para produzir os produtos naturais. Ela conta que o projeto também possibilitou um trabalho de libertação das mulheres, em suas palavras: “nosso lema era ‘nem marido, nem chefe’ [...], e começamos a conversar para aumentar a conscientização”.

A partir das experiências desenvolvidas ao longo da execução do projeto, em 2004, é lançado um livreto intitulado *Plantando Saúde pelos Caminhos do Rio Grande*. A publicação é uma espécie de guia para orientar a organização de farmacinhas, propondo dois eixos de atuação, a *saúde integral* e a *libertação das mulheres*. O primeiro refere que a recuperação da saúde passa por resolver desde problemas emocionais, até adotar uma alimentação adequada. O segundo sugere abordar questões difíceis, desafiando tabus, por exemplo, o papel da sexualidade como parte da construção de relações igualitárias. Podemos ler, nas primeiras páginas:

“muitas mulheres estão sujeitas a aceitar atos sexuais prejudiciais para elas em nome da manutenção da paz na família, sentindo como uma obrigação, sem nenhum prazer” (MMC, 2004, p. 7).

Em dois anos, como resultado direto do projeto, foram registradas 70 novas farmacinhas em operação. Esses novos grupos singularizam a *saúde integral* e podem ser reconhecidos como agentes semiautônomos da mudança territorial (Figura 1). Isto faz com que o projeto Plantando Saúde seja territorializado como um ‘projeto público’, mobilizando uma sociabilidade que vai além das demandas por equidade de gênero e o enfrentamento ao modelo de agricultura do sistema capitalista, aos transgênicos e aos agrotóxicos (MMC, 2014), uma vez que se materializa na relação com as plantas medicinais e em uma cosmovisão do que é saúde. Mulheres e plantas vão estabelecendo alianças, cujas expressões e desdobramentos se amplificam. Como ouvimos de uma líder do MMC: “*reivindicar o uso das plantas [medicinais] não é apenas uma questão de um direito legítimo, elas são outro projeto da sociedade*” (13/01/2014).

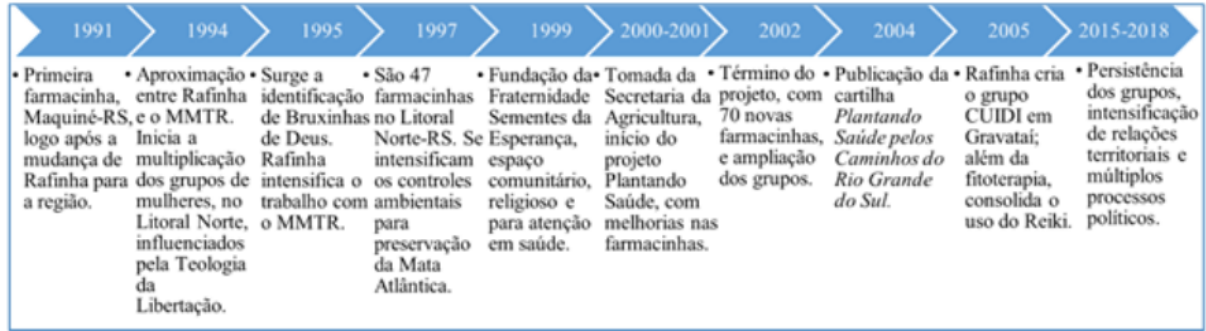


FIGURA 1 – Sequência temporal de eventos ligados ao surgimento dos grupos das Bruxinhas de Deus.

FONTE: elaborado pelos autores.

5. Corporalizando a existência territorial

Destacamos, nesta seção, aspectos que nos levam a identificar as alianças entre mulheres e as plantas medicinais, considerando engajamentos no redesenho da realidade material dos remédios e dos cuidados em saúde. A autonomia do corpo ora aparece como uma contestação material ao complexo industrial agroquímico ou farmacêutico, ora como apropriação de elementos de políticas públicas e do institucional, fazendo visíveis afetos da vida territorial.

5.1 As farmacinhas e suas materialidades: a singularização

As plantas – raízes, folhas, flores, frutos, em sua diversidade de formas, aromas e texturas – são materiais fundamentais para a existência das farmacinhas. Cada uma delas tem trajetória própria e um caráter singular, todavia, são invariavelmente coloridas, bem conservadas, organizadas, onde se vê muitos objetos e imagens que remetem a simbolismos próprios (livros, fotografias, imagens religiosas, flores e outras).

Nas farmacinhas, em geral, é estabelecida uma rotina de trabalho, as mulheres costumam compartilhar responsabilidades e tarefas na preparação de remédios. A produção, seleção, coleta e secagem das plantas faz parte da rotina diária das mulheres. Geralmente, as cozinhas domésticas são transformadas em locais para secar e armazenar as ervas. No dia do encontro semanal, elas levam a ‘matéria-prima’ para preparar tinturas, elixires, pomadas e xaropes.

Os grupos têm em comum a produção de remédios guiada pela cartilha *Bruxas de Deus a serviço da vida*, elaborada por Rafinha²².

O manual descreve protocolos detalhados que se referem a boas práticas de preparação de tinturas e dos elixires. Há menção a 64 espécies diferentes de plantas, cujas tinturas são combinadas em elixires recomendados para problemas de saúde (menopausa, pressão alta, constipação, digestão, depressão, dor, inflamação e vários outros).

Os grupos identificados como *Bruxinhas de Deus* têm trabalhado com 25 a 30 elixires, que combinam de quatro a seis tinturas em cada formulação. Elas também produzem de cinco a oito pomadas diferentes, usando cerca de 32 espécies de plantas em várias combinações. As mulheres também recomendam uma variedade de chás medicinais, cujas plantas utilizadas variam de lugar para lugar e dependem da disponibilidade. São frequentes modificações e adaptações nas formas de preparo e de uso dos remédios. De acordo à Rafinha, “*sempre há experimentos em andamento*”.

Uma tintura, por definição técnica, é uma solução etílica ou hidroetílica obtida por maceração ou percolação, utilizando diferentes proporções de drogas vegetais [plantas ou partes de plantas desidratadas] e de um líquido extrator (Anvisa, 2018). Em termos de uso humano, a recomendação mais comum é o uso de álcool etílico purificado para fins farmacêuticos. Mas o preço costuma ser alto e a disponibilidade difícil. Desta forma, nas farmacinhas, a produção de tinturas utiliza como extrator a cachaça – bebida alcoólica obtida por destilação a partir da fermentação da cana-de-açúcar. Existem

²² Parte do conteúdo deste manual coincide com um livro de autoria da Rafinha (Duarte, 2002).

muitas cachaças industrializadas no Brasil, mas a recomendação do manual é “*usar as artesanais, de fonte segura, de preferência fabricadas por algum vizinho conhecido*”²³.

Para obter as tinturas, as plantas são mergulhadas na cachaça, utilizando recipientes de vidro escuro. O tempo de extração varia conforme a parte da planta utilizada. As folhas precisam de 20 dias na fase de extração, para sementes, cascas e própolis são 30 dias; para algumas cascas e raízes o tempo pode ser de até 60 dias. Cada tintura é, então, filtrada e colocada em frascos escuros, rotulados com o nome da planta e data, e depois armazenados em prateleiras protegidas da luz e organizados por ordem alfabética, facilitando o uso e um controle sistemático e regular do estoque e da validade.

Depois de fazer as misturas das tinturas para obter cada elixir, eles são colocados em frascos escuros e armazenados. Conforme a necessidade, as mulheres os fracionam em pequenos frascos (em geral plásticos) rotulados, onde os usuários podem encontrar as indicações e recomendações. Para produzir os xaropes é usado açúcar mascavo, mel ou melaço e, para as pomadas, usam banha de porco ou vaselina. Esse tipo de produto é armazenado em geladeira, devido ao seu menor prazo de validade.

A similaridade com uma farmácia não se trata de nenhum acaso. Nas farmacinhas, o funcionamento e o aprimoramento das práticas de produção dos remédios se dão por analogia a procedimentos laboratoriais, estabelecendo protocolos reproduzíveis e, até certo ponto, controláveis. Por outro lado, tais práticas estão longe de significar procedimentos fixos, a coexistência de mulheres e plantas é dinâ-

mica, alimentada pela criatividade, improvisação e por contingências cotidianas e, às vezes, inusitadas. Podemos, aqui, ilustrar com uma observação nossa feita na farmacinha do Morro Azul. Ao entrar no espaço de produção dos elixires, vemos uma prateleira repleta de garrafas escuras, etiquetadas com o nome da tintura e seu respectivo prazo de validade. Elas estão perfeitamente ordenadas e padronizadas. São muitas, e elas nos contam: “*são de conhaque, vimos num bar na beira da estrada [rodovia federal que corta o município] que tinha uma montanha de garrafas do lado de fora. Ia tudo pro lixo, então, pedimos, e eles nos deram. Agora, eles guardam pra nós*” (Marta, 15/09/2018). [Contam a estória rindo-se, segundo elas, aproveitam quando vão buscar as garrafas para deixar elixires contra o alcoolismo].

Para manter as farmacinhas funcionando são necessários muitos materiais e a manutenção dos prédios e equipamentos. Os frascos de plástico distribuídos são comprados, precisam mandar imprimir rótulos, há despesas com contas de luz e água, para dar alguns exemplos. Para arcar com todas as despesas, em geral, fixam um preço muito baixo pelos remédios, segundo elas, apenas para cobrir os custos. Ao mesmo tempo, é comum a doação dos remédios para pessoas que não podem pagar, assim como o recebimento de doações de diferentes tipos de materiais e ajudas.

Quando começam a produção dos remédios, em geral, eles se destinam às famílias. Na medida em que os grupos alcançam reconhecimento local, o trabalho se abre também à comunidade. No funcionamento cotidiano das farmacinhas, passam a receber pessoas para atendimento, identificando

²³ Para evitar problemas com usuários com possíveis incidências de alcoolismo, elas desenvolveram técnica para volatilizar o álcool, utilizando tecido poroso para fechar recipientes.

problemas de saúde, com a respectiva distribuição dos remédios (muitos grupos mantêm registros dos usuários, como prontuários). Eventualmente, há pessoas que chegam com receitas médicas em busca de sucedâneos. Há relatos de conflitos pela atuação de órgãos de vigilância e dos conselhos profissionais de medicina, farmácia e outros na área da saúde. Em geral, superam com algum tipo de acordo, mas não sem o instauro de limitações de atuação.

As mulheres que participam dos grupos também trazem as demandas de famílias, comunidades, escolas ou paróquias, cujos problemas são relatados e discutidos em reuniões periódicas, nas quais organizam o trabalho e decidem sobre seus focos de atenção. Essas práticas acabam por criar uma interface entre a patologia dos corpos e a vida sociomaterial coletiva.

5.2. *É Dia das Bruxas: intersubjetividade e a auto-organização*

Todos os anos, no Dia das Bruxas²⁴ – 31 de outubro – o grupo das *Bruxinhas de Deus* de Morro Azul organiza um ritual para a preparação da *pomada milagrosa*. Ele acontece em frente ao prédio onde funciona a farmacinha. Ali, há um bonito gramado, algumas árvores e se vê a igreja (católica) que está alguns metros mais adiante.

Cedo, vão chegando as mulheres. São mães e avós com filhos e netos. Neste ‘ritual’, participam mesmo aquelas que não estão diretamente relacionadas à farmacinha. A única condição para participação é trazer uma planta medicinal. Quem trará cada um dos quase 60 tipos de plantas é um processo organizado semanas antes.

Começam por estender um tecido branco no chão e, então, uma a uma, cada mulher e sua respectiva planta são nomeadas. As plantas vão sendo depositadas sobre o tecido, elas cantam canções e leem uma espécie de manifesto, *que reitera o compromisso de ser bruxa e camponesa, e de manter vivos os princípios do MMC*. Em um caldeirão, as plantas vão sendo misturadas à cera de abelha, à banha de porco e à vaselina, quando inicia a fervura coletivamente elas abençoam a mistura. Enquanto cozinham a pomada, conversam, compartilham comidas que trouxeram, as crianças brincam. Quando finalmente está pronta a mistura, apagam o fogo e deixam esfriar. Dias depois, envazam em pequenos recipientes que podem ser distribuídos. Assim, a pomada pode ser usada para vários problemas de pele ao longo do ano.

A cerimônia, que é anunciada na paróquia, é um evento realizado para que a comunidade perceba a existência das *Bruxinhas*. Elas contam que o evento surgiu para provocar a Igreja, porque, na época, a Diocese era hostil ao grupo de mulheres. O evento que desencadeia a reação por parte delas está relacionado a uma contenda com um Bispo sobre a doação de um terreno para construção da sede da farmacinha. Elas dizem: “*ele não gostava de nós. Nos chamava de ‘essas mulheres subversivas’*. *Outras pessoas da comunidade também ficavam chocadas com nossas ideias feministas.*”

Se divertem quando contam como superaram o obstáculo criado pelo Bispo no início dos anos 2000.

Tínhamos recursos do Estado para construir um espaço para ser a sede do nosso grupo. Mas precisávamos de um terreno, é este onde estamos, pertencia à Igreja.

²⁴ Note-se que esta data corresponde ao Halloween, comemorado no hemisfério Norte.

A solicitação [de permissão para construir] foi assinada pelo MMTR e pela Associação de Agricultores [na qual participam os maridos]. Quando o Bispo viu o MMTR no documento, ele disse 'não'. Então, a gente falou 'não vamos brigar', a gente queria um lugar pra nós, 'vamos pegar outro projeto' [para construir em outra área]. Mas os maridos disseram: 'não, o recurso que temos é por família, dentro do mesmo projeto podemos reservar espaço pra vocês'. Por isso, concordamos: 'vamos tirar nosso nome [do MMTR] e levar outra vez pro Bispo, e ele vai assinar o contrato de cedência de uso do terreno'. Foi assim que puxamos o tapete dele. Hoje em dia, compartilhamos o prédio [com a Associação de Agricultores], mas, na verdade, estamos usando a maior parte, com a farmacinha e com a nossa padaria. E, hoje em dia, a Diocese apoia o movimento (Jurema, 15/09/2018).

A presença territorial das organizações das mulheres tem raízes mais antigas. As farmacinhas das *Bruxinhas de Deus*, na região, é também resultado de processos políticos anteriores (na época da pesquisa, elas nos informavam que eram 42 no Litoral Norte). Ainda nos anos 1960, as mulheres dizem que surgiram os Clubes das Mães, incentivados pelo serviço de extensão rural. Aparentemente, estes núcleos facilitaram, entre os anos 1970 e 1980, o trabalho de religiosos ligados à Teologia da Libertação e o movimento católico em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As narrativas dão conta de que o processo de organização das mulheres mesclava a ação de missões evangélicas, das pastorais e do recém surgido movimento de agricultura alternativa (que, mais tarde, viria a se identificar como agroecológico).

No início dos anos 1990, a Igreja promoveu mudanças na região, transferindo religiosos ligados à Teologia Libertação para outras paróquias, arrefecendo o trabalho comunitário no qual as mulheres

estavam envolvidas. Tal 'descontinuidade' contribuiu para que as mulheres começassem a trabalhar mais fortemente com as plantas medicinais. Os encontros periódicos com a finalidade de produzir remédios criaram oportunidade para conversar e criar espaços que elas passam a reconhecer como *nosso lugar*, reforçando o Movimento.

Importante registrar que nem todos os grupos identificados por Bruxinhas de Deus mantêm uma relação direta com o MMC. Os grupos presentes nos estados da Região Sul, embora tenham inter-relações entre si, não têm uma coordenação ou formato hierárquico de organização. Em geral, se autodefinem como *autônomos*.

5.3. *Objetos, memórias e a existência territorial*

Cristal do Sul é uma pequena cidade, localizada ao norte do RS, inserida na região chamada de Alto Médio Uruguai. Desde a estrada, pouco antes da entrada da cidade, se vê uma casa em meio a um gramado e rodeada de flores e árvores frutíferas; há uma placa onde se lê: *FM coletiva. A rádio comunitária*. Este é o local de mais uma farmacinha, onde a equipe de pesquisa, depois de percorrer 500 km desde a capital, chegou para uma primeira reunião em março de 2015.

Naquele dia, quinze mulheres estavam esperando por nós com sorrisos e abraços. Quando entramos, o espaço já estava organizado, com cadeiras dispostas em círculo. No assoalho, objetos ornamentavam o centro da sala. São fotos, livros, utensílios de cozinha, uma garrafa de cachaça, ervas, flores, sementes e frutas. Na medida em que vamos entrando, elas nos alertam: “*vamos começar*

com uma mística”²⁵. Neste ato coletivo, deveríamos escolher um objeto, tomá-lo nas mãos e descrever o que ele nos fazia lembrar ou sentir. Uma das mulheres comenta: “*esses elementos* [os objetos que ali estavam] *trazem a energia da vida*”. Após histórias, revelações, lembranças e risadas, estamos prontas para começar a reunião.

O espaço é contíguo ao da rádio²⁶, e elas se referem à farmacinha como *o cantinho da felicidade*. A casa ampla feita de madeira e os equipamentos da rádio foram obtidos em colaboração com o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todavia, na atualidade elas dizem que não têm nenhum vínculo formal com os dois.

Na região onde vivem, predominam plantações de soja e milho, e a produção intensiva de suínos e aves. Mencionam que muitos dos seus maridos cultivam soja transgênica e usam agrotóxicos. De uma delas escutamos: “*Veneno? Somos contra, mas não podemos fazer nada... ou quase nada*”.

Elas contam que, no *dia da formatura*, houve uma missa – quando, em 2006, completaram a capacitação com Rafinha. O evento foi reportado no jornal da cidade e ficou famoso porque, no momento mais importante da celebração, uma das mulheres entrou na igreja vestida de noiva, mas de negro, com o rosto pintado de branco – como se estivesse morta, e usando uma espécie de véu feito de recipientes vazios de agrotóxicos. O escândalo causado pela performance é atualizado toda vez que

elas desanimam com a dificuldade *em convencer os maridos a parar de usar venenos*.

Aqui, surgem componentes em diversas interfaces, gerando ensablagens territoriais de propriedades afetivas e materiais, que também se expressa no medo ao veneno, que tanto compõem os agrotóxicos, como os fármacos. Uma das mulheres conta que o herbicida 2,4D lhe causa medo, e explica:

eu plantei umas mudinhas de infalivina²⁷ que cresceram sem controle, então, meu marido aplicou o veneno 2, 4D para matar. As crianças comeram frutas do quintal e ficaram muito doentes. Ficaram vários dias no hospital, muito mal. Até que decidiram fazer uma lavagem estomacal nos dois, era intoxicação. Mas, a infalivina seguiu crescendo, é muito forte, ela resistiu ao veneno. Aprendi que as plantas podem ser mais fortes que os venenos, e que os medicamentos tarja preta são como os agrotóxicos [se refere aos que têm substâncias controladas – ela diz que usava sob receita médica]. Então, depois de entrar no grupo deixei os comprimidos, estou curada [provavelmente de depressão] usando só as plantas. Me livreí do veneno dos medicamentos (Ondina, 13/03/2015).

A mudança no processo produtivo da agricultura é vista como parte da reivindicação por saúde, aparecendo como disputa (ou conflito) no interior das famílias, todavia, também como uma questão pública na qual as mulheres se envolvem. A luta contra os transgênicos e os agrotóxicos desencadeia práticas de engajamento em ações relacionadas à agroecologia e à alimentação saudável.

²⁵ Trabalhos da Teologia Feminista da Libertação apontam relação entre mística e cotidiano, além de uma relação ambígua das mulheres (feministas) com a religião, porém, uma inequívoca ligação das místicas com a ação política (Lassak, 2012; Lemos, 2012).

²⁶ A rádio tem sido fundamental para a comunicação com a comunidade e entre as mulheres (algumas não contam com sinal de telefonia móvel). Ver: <https://www.coletivafm.com.br>

²⁷ Infalivina é o nome comercial de um medicamento fitoterápico à base de boldo do Chile (*Peumus boldus*) indicado para distúrbios digestivos. Ela se refere provavelmente a uma espécie do gênero *Artemisia*, usada para a digestão e afecções do fígado.

Um exemplo disto é a participação do grupo no Núcleo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Médio Alto Uruguai, que articula aproximadamente dez organizações regionais e que surge, em 2008, para garantir espaço político na formulação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável²⁸. O Núcleo acaba por garantir a entrada de reivindicações das mulheres no Plano, cujos desdobramentos foram vários. Um deles é a instalação de uma horta ao lado da farmacinha, onde passam a ser oferecidos cursos e capacitações para a produção de alimentos de base ecológica, como parte de ações institucionalizadas de Assistência Técnica e Extensão Rural direcionadas para mulheres, que viriam a ter continuidade até 2016. Esta ação criou oportunidade de geração de renda para algumas mulheres, que passaram a comercializar os produtos de suas próprias hortas ecológicas (Herrera-Ortuño *et al.*, 2017).

Outra expressão dessa ‘existência’ territorial das Bruxinhas é a relação que mantêm com ações oficiais em saúde. Algumas atuam como agentes comunitárias de saúde²⁹ e a enfermeira-chefe da Unidade de Saúde do município participa regularmente das reuniões do grupo. A enfermeira, durante a reunião com a equipe da pesquisa, conta:

em Cristal do Sul é observado abuso de medicamentos, um dos casos é o omeprazol [princípio ativo de medicamento para gastrite]. Com o trabalho do grupo, passamos a usar a espinheira santa³⁰ como

alternativa. As agentes deram muitas informações e aprenderam muito também. Tudo com muito cuidado (13/03/2015).

A farmacinha, como uma questão pública de existência territorial, todavia, gera hostilidades políticas contra as mulheres. Durante a campanha para as eleições municipais, em 2016, o grupo decidiu não apoiar nenhum candidato, queriam *manter distância da política partidária*. No entanto, a posição assumida parece ter sido a causa de um incêndio criminoso sofrido pela rádio comunitária, afetando também a farmacinha. O grupo, na época, manteve a decisão e reconstruiu as instalações com doações e apoio comunitário, retomando as transmissões de rádio.

As singularidades materiais das relações das mulheres com as plantas medicinais e os remédios situam as farmacinhas em um processo de territorialização de uma série práticas, transformando as mulheres em protagonistas de suas causas e reivindicações. A autonomia do corpo é uma contestação material, fazendo visível o doméstico, o gênero e o medo como afetos da vida territorial. Essa é uma nova corporalidade biopolítica composta de experiências de vida, reflexividade e visões críticas, e que inter-relaciona diferentes materialidades e agências, envolvendo noções e práticas territorializadas, que estabelecem cursos de ação diferentes com relação ao campo de forças da biopolítica foucaultiana.

²⁸ O Plano resultou de política pública federal, Territórios da Cidadania, que previa Conselhos Territoriais (Brasil, 2008), com a saída dos governos progressistas, estas instâncias de participação e deliberação deixaram de existir.

²⁹ Agentes comunitários de saúde são pessoas da comunidade qualificadas no âmbito do Programa Saúde da Família. É o primeiro nível de atenção à saúde, sua gestão municipalizada gera diferenças entre medidas adotadas nas localidades (Brasil, 2010).

³⁰ *Maytenus ilicifolia* é usada para gastrite e úlcera, na forma de chá ou de fitomedicamento, fazendo parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Brasil, 2017).

6. Considerações finais

Começamos este artigo citando Michel Foucault, revisitando a noção de biopolítica para, de forma incisiva, dar importância a processos que se afetam mutuamente, e que tanto constituem campos de força verticais e hierárquicos, como campos de ação dos movimentos da vida - a biopolítica territorial.

O fizemos com uma intenção definida, embora cautelosa, de estabelecer uma posição sociológica pós-cognitiva, que entende a reflexividade como uma composição das experiências dos atores e dos materiais do mundo. Esta é uma contribuição que move o debate agência-estrutura, reposicionando a agência nas interações sociomateriais e fazendo visíveis as mulheres e suas práticas em uma Antropologia do Desenvolvimento. Esta é uma renovação conceitual que não abandona raízes da Perspectiva Orientada ao Ator. Todavia, como toda tentativa, está inerentemente aberta a revisões e expansões, que necessitam ser empiricamente exploradas.

As interações sociomateriais podem gerar relações que constantemente compõem, descompõem e recompõem territórios que, não necessariamente, coincidem com o poder administrativo, sua governamentalidade e suas técnicas institucionais. Com isto, se abre uma perspectiva que enfoca agenciamentos de transformação do território, muitas vezes, manifestados em linhas de fuga que escapam, que vibram, que vitalizam e se rebelam, revelando a materialidade da biopolítica territorial.

A sociomaterialidade das plantas medicinais nos mostra intercâmbios que fluem incessantes entre a episteme bioquímica moderna, a circulação de produtos da indústria farmacêutica e as políticas institucionais de saúde. Isto nos faz sugerir que as

rebeliões contra a biopolítica hierárquica e vertical – institucional – se situam nas práticas sociomateriais dos atores, no nosso caso, contribuindo para uma reterritorialização da ‘saúde’. Isto gesta movimentos sociais territoriais contemporâneos que emergem de crises pessoais, biografias reflexivas, transgressões institucionais, performances, rituais e organização social.

Em outras palavras, o ritual público das rebeliões e a subjetivização coletiva são eventos significativos nos territórios, mas não podem ser entendidos sem compreender a interação íntima do afeto, do cuidado e dos conhecimentos das mulheres com relação às plantas medicinais. A experiência do ‘machismo como um mal’, que as mulheres buscam erradicar através do tratamento de enfermidades, doenças e outras afecções, sugere que elas, para eliminar a injustiça, seguirão praticando o que consideram saúde integral. Aqui, estamos frente ao colapso da separação entre o biológico, o político e não político na vida territorial.

Para elucidar processos de individualização se tornou importante entender como as mulheres se engajam em lutas que reivindicam mudanças na sociedade. A trajetória biográfica de Rafinha gera uma narrativa de práticas e afetos, que dá visibilidade à forma como os materialismos influenciam o que os atores experimentam em suas existências intersubjetivas. É por isto que argumentamos que a forma como Rafinha decidiu voltar a colaborar com a organização comunitária com outras mulheres implica na mobilização de posicionamentos políticos, mas também em acionar as propriedades ativas das plantas para gerar um processo de reflexão e escolhas transindividuais.

Em nossa opinião, isto demonstra uma contratendência ao individualismo neoliberal, à privati-

zação e às orientações políticas exclusivamente de mercado. Esta perspectiva é diferente das que Rose (2001) e Braun (2007) descrevem quando analisam a individualização e a privatização dos cuidados da saúde. Estes autores discutem as funções de controle (ou não) que assumem as instituições científicas globais e governamentais frente aos novos riscos, surgidos da circulação de vírus que não respeitam fronteiras nacionais.

O estudo detalhado do funcionamento das farmacinhas mostra que a apropriação (Guattari & Rolnik, 1996) dos procedimentos técnicos formais de farmácia e de laboratório geram a singularização das práticas das *bruxinhas*, mostrando-nos como a subjetividade é vivida e como se expressa no conhecimento de uma farmoquímica que acessa os princípios ativos das plantas.

As farmacinhas com seus protocolos de manipulação de plantas e remédios, aliados às práticas padronizadas de manuseio de ‘insumos medicamentosos’, são fatores importantes no surgimento de intersubjetividades semiautônomas que são, em parte, dadas pelas plantas. Até mesmo as garrafas de conhaque, que se transformam em recipientes para tinturas, são parte vibrante do processo de singularização das farmacinhas, como materializações de inovação e de criatividade, das quais fazem parte a emergência transversal da força gravitacional dos princípios ativos das plantas no território.

Evidências empíricas identificadas pela pesquisa etnográfica nos entregam elementos para sustentar que as experiências que mesclam mulheres, plantas, saúde e meio ambiente podem ser compreendidas como ‘corporalizações práticas de novos territórios vitais’. Ao apropriarem-se do Dia das Bruxas de maneira pública e participativa, elas atualizam anualmente o ritual da pomada milagrosa,

territorializando a *saúde integral* e tornando essas mulheres parte visível do território.

A partir do enfoque nas *farmácias caseiras* há um redesenho da realidade sociomaterial dos cuidados em saúde, levando ao reconhecimento público da Bruxinhas de Deus. Estas são mostras potentes de rupturas e reposicionamentos frente ao Estado, à Igreja Católica e ao mercado, mas, também, do questionamento do papel de gênero existente na família, colapsando os limites entre o doméstico e o público. Tais corporalizações disruptivas nos remetem a perceber novas formas de agrupações sociais para além da esfera familiar e a vitalidade da ‘política da não política’ inscrita nas práticas do cotidiano das mulheres.

As práticas nas farmacinhas levam à modulação de múltiplos afetos, os quais conduzem à contestação dos interesses da materialidade do poder. Esta é uma rebelião crítica contra a ideologização de uma ontologia da mulher camponesa e contra o atual regime biopolítico industrial, seja o que se refere à saúde, ou àquele que preconiza a intensificação da agricultura convencional, especialmente, no que tange ao uso indiscriminado de agrotóxicos e o monocultivo de soja. O medo dos agrotóxicos e dos fármacos é uma paixão poderosa (Frost, 2010), um afeto importante que faz com que as mulheres se integrem ao movimento de cuidado da saúde, ao pleito por alimentação saudável e desenvolvam múltiplos cursos de ação, transformando as práticas cotidianas, as relações nas famílias e a política territorial.

A partir do nosso estudo e em diálogo com Bennett (2010) e Frost (2010), estamos propondo que a aliança entre mulheres e plantas faz parte de um campo relacional de forças, em contraponto à biopolítica de Foucault. Os afetos, como essa ‘con-

traforça', são definidos pelas relações sociomateriais, que se materializam no surgimento e operação das farmacinhas. Este é um lócus de interações, interfaces e agenciamentos situados, é um campo de forças e de ações antropomórficas e biofísicas. Ele nos mostra o potencial da semiautonomia política que redefine algumas das existências biopolíticas territoriais.

Como sugere Moore (1973), entre o corpo político e o corpo dos indivíduos se interpõem vários campos sociais. No caso das *Bruxinhas*, o campo relacional de forças reterritorializa a noção institucional de 'saúde pública' através do cotidiano do preparo de remédios e dos cuidados da *saúde integral*, o que inclui acordos eventuais com os profissionais de saúde e o sistema oficial de assistência médica. Esta ambiguidade ou liminaridade³¹ entre as políticas públicas de saúde e os movimentos da vida parece abrir a possibilidade de uma configuração transindividual muito mais próxima à interação social e biológica, como uma potencialidade de justiça e equidade na convivência territorial.

As mulheres não vivenciam a chegada da biopolítica ou das políticas públicas de saúde como a desintegração de sua compreensão e de suas práticas do cuidado. A realidade do bem-estar de seus corpos, o deterioro ambiental, a convivência com os 'venenos' são fontes de descontentamento afetivo, e é nas propriedades curativas vitais das plantas medicinais que elas encontram a possibilidade da criação de alianças para sua existência e a defesa do seu território. Isto nos leva a sugerir que em partes do Brasil rural, a individualização reflexiva ocorre

como uma transgressão à privatização da vida. Tais rebeliões podem dar forma e consequência a uma govern(h)abilidade participativa direta.

Agradecimentos

Este artigo é resultado de atividades desenvolvidas pela primeira autora como professora visitante junto à Universidade de Wageningen (Holanda) durante o ano de 2020. Desta forma, os autores agradecem ao Programa CAPES-PRINT (Ministério de Educação, Brasil) pela concessão de bolsa. Agradecemos aos avaliadores(as) que anonimamente contribuíram para a melhoria do texto, provocando reflexões relevantes que nos levaram a uma maior precisão conceitual.

Referências

- Adams, V. Randomized controlled crime: postcolonial sciences in alternative medicine research. *Social Studies of Science*, 32(5/6), 659-690, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3183051>
- Amorozo, M. C. M. Pluralistic medical settings and medicinal plant use in rural communities, Mato Grosso, Brazil. *Journal of Ethnobiology*, 24(1), 139-161, 2004. Disponível em: <https://ethnobiology.org/sites/default/files/pdfs/JoE/24-1/Amorozo2004.pdf>
- Anjos, G. dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, 31, 509-534, 2008. doi: 10.1590/S0104-83332008000200021
- Anvisa. *Formulário de fitoterápicos. Farmacopeia brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível

³¹ O conceito de liminaridade foi desenvolvido por Arnold van Gennep, mais tarde, adotado por Victor Turner (1991/1966). Turner sugere que a liminaridade é necessariamente ambígua, correspondendo a processos ou períodos nos quais entidades liminares surgem como pura possibilidade de novas configurações, porém, não estão "nem cá, nem lá" (*betwix-and-between*), justamente por isto ela pode ser vista como uma "espécie de caos frutífero" (ver, também, Thomassen, 2012).

- em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33832/259456/Suplemento+FFFB.pdf/478d1f83-7a0d-48aa-9815-37db-c6b29f9a>. Acesso em: maio 2020.
- Arce, A. *Negotiating agricultural development: entanglements of bureaucrats and rural producers in Western Mexico*. Wageningen: University of Wageningen, 1993.
- Arce, A.; Long, N. Forging a new anthropology of development: common ground and contention issues. In: Biersche, T.; Blundo, G.; Jaffré, Y.; Tidjani, A. M. (Eds.) *La rigueur et l'engagement. Essais autour de l'œuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan*. Paris: Khartala, p. 101-125, 2017.
- Baldauf, C.; Kubo, R.R.; Silva, F.; Irgang, B.E. “Ferveu, queimou o ser da erva”: conhecimentos de especialistas locais sobre plantas medicinais na região Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, 11(3), 282-291, 2009. doi:10.1590/S1516-05722009000300009
- Beck, U.; Beck-Gernsheim, E. *Individualization*. London: Sage, 2002.
- Belato, D.; Bordignon, F. In: Belato, D. (Org.) *Legado franciscano*. São Carlos: Diagrama Editorial, p. 417-435, 2016. Disponível em: https://issuu.com/diagrama/docs/ebook_seminaristas-issuu-parte2-2/106
- Bennett, J. *Vibrant matters: a political ecology of things*. Durham: Duke University Press, 2010.
- Bolson, M.; Hefler, S. R.; Dall'Oglio, I.; Gasparotto Jr. A.; Cardozo Jr. E. L. Ethno-medicinal study of plants used for treatment of human ailments, with residents of the surrounding region of forest fragments of Paraná, Brazil. *Journal of Ethnopharmacology*, 161, 1-10, 2015. doi: 10.1016/j.jep.2014.11.045
- Brasil. *Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em: jan. 2021.
- Brasil. *Territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: abr. 2016.
- Brasil. *Memórias da saúde da família no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [saude.gov.br/bvs/publicacoes/memorias_saude_familia_brasil.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/memorias_saude_familia_brasil.pdf). Acesso em: jan. 2021.
- Brasil. *Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/renome>. Acesso em: mai. 2020.
- Braun, B. Biopolitics and the molecularization of life. *Cultural Geographies*, 14(1), 6-28, 2007. doi:10.1177/1474474007072817
- Carvalho, A. C. B.; Lana, T. N.; Perfeito, J. P. S.; Silveira, D. The Brazilian market of herbal medicinal products and the impacts of the new legislation on traditional medicines. *Journal of Ethnopharmacology*, 212, 29-35, 2018. doi: 10.1016/j.jep.2017.09.040
- Charão-Marques, F.; Bubanz Silva, T. R. Fórum pela vida: plantas medicinais e a mobilização social no noroeste gaúcho. *Desenvolvimento em Questão*, 17(47), 265-282, 2019. doi: 10.21527/2237-6453.2019.47.265-282
- Coole, D.; Frost, S. *New materialisms: ontology, agency, and politics*. Durham: Duke University Press, 2010.
- Czermainski, S. B. C. *A Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: um estudo a partir da análise de políticas públicas*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – UFRGS, 2009.
- Deleuze, G.; Guattari, F. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. London: Athlone, 1992.
- Duarte, A. Singularização e subjetivação: arendt, foucault e os novos agentes políticos do presente. *Princípios, Revista de Filosofar*, 19(32), 9-34, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7560>
- Duarte, M. de L. P. *Bruxinhas de Deus. A serviço da vida*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
- Dutra, R. C.; Campos, M. M.; Santos, A. R. S.; Calixto, J.B. Medicinal plants in Brazil: pharmacological studies, drug discovery, challenges and perspectives. *Pharmacological Research*, 112, 4-29, 2016. doi: 10.1016/j.phrs.2016.01.021
- Filocreão, A. S. M.; Galindo, A. G.; Santos, T. de J. S. dos. Fitoterapia na Amazônia: a experiência do estado do Amapá-Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 399-420,

2017. doi: 10.5380/dma.v40i0.43655

Foucault, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 13. ed., 1999 (1976).

Foucault, M. *Nacimiento de la biopolítica*: curso en el Collège de France, 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

Foucault, M. *Security, territory, population*. Lectures at the Collège De France, 1977-1978. London: Palgrave Macmillan, 2009.

Frost, S. Fear and the illusion of autonomy. In: Coole, D.; Frost, S. *New materialisms: ontology, agency, and politics*. Durham: Duke University Press, p. 139-158, 2010.

Giddens, A. *The constitution of society*. Cambridge: Polity Press, 1984.

Gluckman, M. *Order and rebellion in tribal Africa*. London: Cohen and West, 1963.

Guattari, F.; Rolnik, S. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 4. ed., 1996.ms

Guattari, F. *As três ecologias*. Campinas, Papirus, 21. ed., 2011.

Hasenclever, L.; Paranhos, J.; Costa, C. R.; Cunha, G.; Vieira, D. The brazilian phytotherapies industry: challenges and opportunities. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(8), 2559-2569, 2017. doi: 10.1590/1413-81232017228.29422016

Herrera-Ortuño, J.; Charão-Marques, F.; Silva, A. L. O. Mulheres, ervas medicinais e alimentação saudável: uma experiência no Território do Médio Alto Uruguai, RS. *Revista Grifos*, 26(43), 2017. doi: 10.22295/grifos.v26i43.4034

Howard, P. *Women and plants: gender relations in biodiversity management and conservation*. London: Zed Books, 2003.

James, W. The energies of men. *Science*, 25(635), 321-332, 1907. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1632253>

James, W. *Pragmatism. A new name for some old ways of thinking*. London, New York: Longmans, Green and Co., 10. ed., 1922.

Joas, H. *The creativity of action*. Cambridge: Polity Press, 1996.

Katz, D. L. Diet is the single most important predictor of health. *Alternative and Complementary Therapies*, 25(6), 280-284, 2019. doi: 10.1089/act.2019.29244.dlk

Knorr-Cetina, K. D. Objectual practice. In: Schatzki, T. R.; Knorr-Cetina, K. D.; Savigni, E. von (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, p. 175-188, 2001.

Kubo, R. R. *Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRGS, 2005.

Lassak, S. Comunidades de resistência e libertação – a influência da teologia (feminista) da libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. *Caminhos*, 12, 90-109, 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2456>

Lemos, C. T. Mística feminista: interfaces entre místicas religiosas e místicas seculares. *Horizonte*, 10(27), 804-830. doi: 0.5752/P.2175-5841.2012v10n27p804

Lewis, S. *et al.* Dancing with the porcupine: rules for governing the university-industry relationship. *Canadian Medical Association Journal*, 165(6), 783-785, 2001. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11584569>

Marder, M. *Plant-thinking: a philosophy of vegetal life*. New York: Columbia University Press, 2013.

Massumi, B. *Politics of Affect*. Cambridge: Polity Press, 2015.

Miles, P.; True, G. Reiki: Review of a biofield therapy history, theory, practice, and research. *Alternative Therapies*, 9(2), 62-72, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12652885>

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. *Plantando saúde pelos caminhos do RS*. Passo Fundo: Passografic, 2004.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres construindo autonomia. *Jornal 8 de Março*, 2014. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/8marco2014/8marco_2014.pdf. Acesso em: mai. 2015.

- Moore, S. F. Law and social change. the semi-autonomous social field as an appropriate subject of study. *Law and Society Review*, 7, 719-746, 1973. doi: 10.2307/3052967
- Moynihan, R.; Heath, I.; Henry, D. Selling sickness: the pharmaceutical industry and disease mongering. *British Medical Journal*, 324(7342), 886-890, 2002. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/324/7342/886.1.full>
- Olson, K.; Hanson, J. Using Reiki to manage pain: a preliminary report. *Prévention & Contrôle en Cancerologie*, 1(2), 108-113, 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9765732>
- Orlandi, L. B. L. Indivíduo e implexa individuação. *Dois Pontos*, 12(01), 75-82, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/38699>
- Ozturk, M.; Hakeem, K. R. (Eds.). *Plant and human health, ethnobotany and physiology*. Cham: Springer Nature, 2019.
- Parkin, D. Latticed knowledge and whose power? A new perspective on cultural diffusion. In: Fardon, R. Counterrworks. *Managing diversity of knowledge*. London/New York: Routledge, p. 143-163, 1995.
- Puma, J. Nature therapy: an essential prescription for health. *Alternative and Complementary Therapies*, 25(2), 68-71, 2019. doi: 10.1089/act.2019.29209.jlp
- Reed, E. S. *The necessity of experience*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- Rose, N. The politics of life itself. *Theory, Culture and Society*, 18(6), 1-30, 2001. doi: 10.1177/02632760122052020
- Salvaro, G. I. J.; Lago, M. C. de S.; Wolff, C. S. Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89, 2013. doi: 10.1590/S0102-71822013000100010
- Samper-Erice, A. *Espaço de vida, espaço de luta: um estudo etnográfico da farmacinha comunitária da solidão em Maquiné*, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, 2015.
- Silva, M. P. da; Barros, R. F. M. de; Moita Neto, J. M. Farmacopeia natural de comunidades rurais no Estado do Piauí, Nordeste do Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 33,193-207, 2015. doi: 10.5380/dma.v33i0.37241
- Simondon, G. *Individuation in light of notions of form and information*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.
- Stengers, I. Culturing the pharmakon? In: Stengers, I. *Cosmopolitics I*. Minneapolis: University of Minnesota, 2010, 28-41.
- Swartz, M. *Local-level politics. Social and cultural perspectives*. London: University of London Press, 1968.
- Thomassen, B. Notes towards an anthropology of political revolutions. *Comparative Studies in Society and History*, 54(3), 679-706, 2012. doi:10.1017/S0010417512000278
- Torres, K. R. *Os arranjos produtivos locais (APLs) no contexto da implementação da Política e do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – FIOCRUZ, 2013.
- Turner, V. *The ritual process: structure and anti-structure*. New York: Cornell University Press, 17. ed., 1991.
- Turner, V. Mukanda: the politics of a non-political ritual. In: Swartz, M. *Local-Level Politics. Social and Cultural perspectives*. London: University of London Press, 1968, p. 135-150.
- Turner, V.; Bruner, E. *The anthropology of experience*. Urbana: University of Illinois Press, 1986.
- Udry, M. C. F. V. *Saúde e uso da biodiversidade: caminhos para a incorporação do conhecimento tradicional na política de saúde pública*. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, 2001.
- Van Velsen, J. The extended-case method and situational analysis. In: Epstein, A. L. (Ed.) *The craft of social Anthropology*. London: Tavistock Publications, 1967, p. 125-149.
- WHO. *WHO traditional medicine strategy: 2014-2023*. Genebra: World Health Organization, 2013. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241506096>>. Acesso em: dez. 2019.
- Willis, K. J. (Ed.). *State of the world's plants 2017*. Report. London: Royal Botanic Gardens, Kew, 2017. Disponível em: <<https://stateoftheworldsplants.org>>. Acesso em: jun. 2020.

Worsley, P. The analysis of rebellion and revolution in modern British social anthropology. *Science & Society*, 25(1), 26-37, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40400713>